

PT

.24, -

PT0024
1960

07 0024

0224/24

2^a série
n^o 24

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES
ARQUIVO NACIONAL

OS
ARQUIVOS E AS MODERNAS
PESQUISAS ECONÔMICAS
E SOCIAIS

R. MARQUANT

2ª Série 24 → certo
Impressa

RIO DE JANEIRO

1960

25

OS ARQUIVOS E AS MODERNAS
PESQUISAS ECONÔMICAS
E SOCIAIS

1ª SÉRIE — PUBLICAÇÕES DO ARQUIVO NACIONAL

- Volume 43 — Inventário Sumário dos Documentos da Secretaria de Estado da Marinha
Volume 44 — Titulares do Império
Volume 45 — Os Franceses Residentes no Rio de Janeiro — 1808-1820
Volume 46 — Registro de Estrangeiros — 1808-1822
Volume 47 — Pareceres de José de Alencar

2ª SÉRIE — PUBLICAÇÕES TÉCNICAS

a) Impressas

- 1958 — A Situação do Arquivo Nacional — por José Honório Rodrigues
1959 — A Significação dos Arquivos Econômicos — por Bertrand Gille
1959 — A Avaliação dos Documentos Públicos Modernos — por T. R. Schellenberg
1959 — Manual de Arquivo — por T. R. Schellenberg
1960 — Os Arquivos e as Modernas Pesquisas Econômicas e Sociais — por R. Marquant
1960 — Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos — por S. Muller, J. A. Feith e R. Fruin
— Os Serviços de Registro (em preparo)

b) Mimeografadas

- ✓ N° 1 — O Preparo de Inventários Preliminares — 1959
✓ N° 2 — Princípios de Arranjo — 1959
✓ N° 3 — A Seleção dos Arquivos e a Transferência dos Documentos — 1959 — por Jacques Levron e Jacqueline Mady
✓ N° 4 — Alguns Aspectos do Desenvolvimento Arquivístico a Partir da Revolução Francesa — 1959 — por Ernst Posner
✓ N° 5 — A Colaboração entre os Serviços Administrativos e os Arquivos — 1959 — por Michel Duchéin
N° 6 — Os Arquivos Públicos e as Bibliotecas — 1960 — por Randolph W. Church
N° 7 — Os Arquivos Nacionais dos Estados Unidos — 1960 — por Robert H. Bahmer e Ernst Posner
N° 8 — Os Arquivos Privados — 1960 — por Ricardo Filangiere
N° 9 — O Preparo de Listas de Maços de Documentos — 1960 — por T. R. Schellenberg
N° 10 — Problemas Arquivísticos do Governo Brasileiro — 1960 — por T. R. Schellenberg
N° 11 — Os Arquivos e os Documentos Públicos Modernos — 1960 — por J. Mady e R. H. Bautier
N° 12 — O Problema das Transferências nos Arquivos das Grandes Cidades — 1960 — por Odon de Saint-Blanquat
N° 13 — O Catálogo Coletivo Nacional das Coleções de Manuscritos — 1960 — por Robert H. Land
N° 14 — Regras de Catalogação da Divisão de Documentos Departamentais — 1960 — por Ken Munden
N° 15 — O Registro Nacional de Manuscritos — 1960 — por Howard H. Peckham e Bell Irvin Wiley
N° 16 — Coleções de Manuscritos, Documentos de Arquivo e Filmes — 1960 — por Curtis W. Garrison e Doroty Abbauch
N° 17 — Relatório sobre o Arquivo Nacional do Brasil — 1960 — pelo Prof. H. Boullier de Branche
N° 18 — As Transferências dos Documentos das Prefeituras para os Arquivos Departamentais — por Henri Chernier
N° 19 — O Arquivista Inglês: Uma Nova Profissão — 1960 — por Hilary Jenkinson, C.B.E. Deputy Keeper of The Records

3ª SÉRIE — INSTRUMENTOS DO TRABALHO

- 1960 — Índice da Revista do Arquivo Público Mineiro
1960 — Índice dos Documentos Relativos à América do Sul existentes na Biblioteca da Ajuda (em preparo)

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES
ARQUIVO NACIONAL

OS ARQUIVOS E AS MODERNAS
PESQUISAS ECONÔMICAS
E SOCIAIS

POR

R. MARQUANT

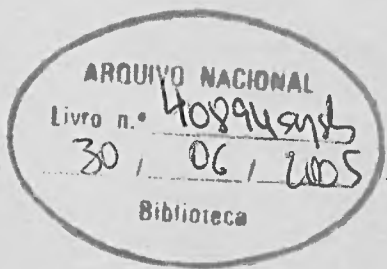
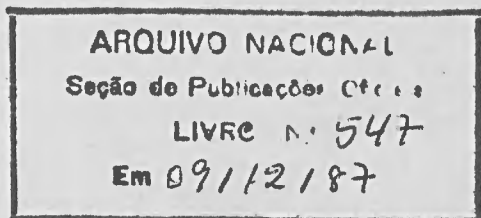
Tradução de

MANOEL ADOLPHO WANDERLEY

RIO DE JANEIRO
1960

TITULO DO ORIGINAL

"Les Archives et les Recherches Modernes Economiques et Sociales", publicado
no Boletim do IV.^o Congrès International des Archives — Stockholm, 17-20
Aout 1960.



ESTA COMUNICAÇÃO, apresentada ao IV Congresso Internacional de Arquivos, realizado entre 17 e 20 de agosto deste ano, completa o estudo publicado em 1959 pelo Arquivo Nacional, *A Significação dos Arquivos Econômicos*. Trata-se de um exame muito mais amplo, profundo e atual. O relatório de R. Marquant, dos Arquivos Nacionais de Paris, estuda a organização dos serviços de arquivos econômicos e sociais em diferentes países, os organismos públicos, privados, científicos, comerciais, sindicais, de empresas, a formação dos arquivistas econômicos e sociais, o desenvolvimento das técnicas modernas como a mecanografia e as máquinas eletrônicas.

Firma o autor que na maioria dos países de regime econômico capitalista os papéis das empresas privadas não são recolhidos aos repositórios públicos, enquanto no Leste a situação difere. Na França o contrato de depósito garante a documentação e resguarda os direitos e suscetibilidades das casas comerciais e industriais. Por toda a Europa, especialmente na Alemanha e na Grã-Bretanha, organismos privados e científicos procuram defender tais documentações. Na América só os Estados Unidos têm envidado esforços para escolher e organizar os papéis econômicos e sociais. Arquivos de Trabalhadores, de movimentos operários, como o da American Federation of Labor (A.F.L.) asseguram preciosa documentação para a história social, econômica, empresarial e trabalhista.

Na formação do arquivista procura-se dar-lhe maior visão da história social e econômica, e evitar as estreitezas da École des Chartes que até há pouco não estudava nada além de 1800, e hoje só alcança 1875. Atualmente a República Democrática Alemã obriga toda empresa nacionalizada a possuir arquivistas formados.

Os problemas que as técnicas modernas, eletrônicas especialmente, estão apresentando, não são comparáveis às que a aparição da máquina de escrever ou do microfilme fizeram surgir.

Trata-se, assim, de uma análise a mais completa, de um tema de extrema importância, que urge ser examinado pelos arquivistas e pelas autoridades, especialmente em face do nosso desenvolvimento. O nosso crescimento econômico pode e deve ser acompanhado por uma correlata formação de quadros técnicos e de utilização das técnicas modernas. Creio, assim, que este trabalho abre novas perspectivas no campo da documentação e da arquivística e por isso mesmo merecia ser divulgado, em língua portuguesa. O Sr. R. Marquant presta aos arquivistas brasileiros um enorme e prestimoso serviço.

Rio de Janeiro, em dezembro de 1960.

JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES

DIRETOR DO ARQUIVO NACIONAL

OS ARQUIVOS E AS MODERNAS PESQUISAS ECONÔMICAS E SOCIAIS (1)

por R. MARQUANT

Extremamente vago apresentava-se o assunto proposto pelo presente questionário. Alguns dos seus aspectos já haviam sido versados nos Congressos Internacionais precedentes, principalmente nos de Paris e Florença (2) e, bem assim, na Mesa-Redonda de Wiesbaden (3). A fim de respeitar o caráter muito geral da questão colocada, repartimos os diferentes problemas pelos quatro capítulos seguintes: trata o primeiro, por assim dizer, das instituições; o segundo, das pessoas; o terceiro, dos documentos; e o quarto, enfim, dos resultados.

Não obstante abrangerem os arquivos estudados tanto os papéis públicos como os privados, prestou-se especial atenção a êstes últimos (arquivos de empresas), dado o seu caráter particular e o interesse crescente que têm despertado. Desde logo há que notar, aliás, que a distinção entre o caráter público e privado de tais documentos desaparece nos países de regime comunista e se atenua sensivelmente nos demais, à medida que nestes se desenvolve a nacionalização das mais importantes empresas. Repercutem os fatos mencionados sobretudo na estrutura dos organismos encarregados de conservar os arquivos econômicos.

I. Organização dos Serviços de Arquivos Econômicos e Sociais nos Diferentes Países

a) ORGANISMOS NACIONAIS

Na maioria dos países de regime econômico capitalista, os papéis das empresas privadas não vão ter aos repositórios públicos, e legislação

(1) Agradecemos a Mademoiselle Isabelle Guérin, conservadora nos Arquivos Nacionais, o auxílio que nos prestou, para a tradução da documentação de língua inglesa.

(2) O primeiro número de *Archivum*, de 1951, apresenta uma resenha da sessão do Congresso de Paris consagrada aos Arquivos Privados (arquivos econômicos), p. 103-120. O relatório de M. Riccardo Filangieri sobre os arquivos privados foi publicado nos Atos do Congresso de Florença: Nêle se dava destaque sobretudo aos arquivos privados familiares. Na *Gazette des Archives*, de julho de 1956, p. 32-39, encontrar-se-á o trecho do relatório francês sobre esta questão, consagrado aos arquivos econômicos, por Bertrand Gille.

(3) "Os serviços prestados pelos arquivos à economia nacional", nos *Actes de la Quatrième Table ronde internationale des Archives*, Paris, 1959, p. 51 a 62.

alguma, salvo quanto aos prazos comerciais e jurídicos habituais, prevê medidas regulamentares a seu respeito. Nalgumas nações, como a República Federal Alemã, vemos amiúde expressa, tanto por ocasião dos congressos anuais de arquivistas, quanto nas respostas dos diversos Länder ao presente questionário, a opinião de que urge resguardar-se absolutamente de tal intervenção do Estado, suscetível apenas de suscitar a desconfiança por parte dos comerciantes e industriais e de impedir qualquer contato frutuoso e útil entre os organismos do Estado e as empresas particulares.

É a persuasão, o conselho, que permitirá colher os resultados. Prejudicial e mesmo nociva seria a coerção neste domínio ⁽⁴⁾.

Não possui a maior parte dos repositórios públicos de arquivos, seções específicas que tratem dos arquivos provenientes dos diversos organismos ou ministérios financeiros ou econômicos. É forçoso registrar, porém, que os Arquivos Nacionais dos Estados Unidos apresentam três divisões incumbidas, mais especialmente, da guarda dos arquivos econômicos: divisão dos *arquivos industriais* (transportes, regulamentação do trabalho e sua organização, conflitos do trabalho, segurança social, produção, estatística da distribuição, etc.), a *divisão dos recursos naturais* (disposição e uso dos terrenos públicos, agricultura, minas, energia industrial, preservação dos recursos naturais, etc.), a *divisão dos serviços gerais* (administrações fiscais, questões monetárias, etc.). Os diferentes ministérios, por seu lado, dispõem de serviços especializados para os arquivos correntes, cuja coordenação é assegurada pelos Arquivos Nacionais. Em Coblenza, os Arquivos da República Federal Alemã reúnem, na seção V, todos os acervos de documentos atinentes à Economia, aos Transportes, à Técnica. Na França, sabe-se que os Arquivos Nacionais designaram alguns conservadores para os vários ministérios (principalmente para o de Finanças) e que tais funcionários executam, *in loco*, as seleções e descartes necessários, preparando em seguida os recolhimentos dos papéis destinados à conservação, recolhimentos esses dirigidos aos Arquivos Nacionais. Trabalho semelhante acha-se em curso junto à Direção-Geral da Segurança Social, no Ministério do Trabalho. Há um conservador dos Arquivos Nacionais destacado para propor, ali, após estudo do funcionamento dos diversos serviços e consulta dos funcionários interessados, esquemas de destruição das diferentes categorias de documentos. Essa tarefa, ainda não efetuada, mercê das datas relativamente recentes da criação dos diversos órgãos da segurança social, afigura-se, em particular, imperiosa nesse terreno, onde avulta a massa de documentos criados.

Na Espanha, arquivos dos séculos XIX e XX permaneceram nos ministérios e não se acham sob a gestão da Direção de Arquivos. Sem embargo das decisões do Public Record Act de 1958, na Inglaterra, os arquivos dos Correios, das Alfândegas e dos Tributos indiretos conservaram-se nas repartições de origem.

A situação difere sensivelmente nos países do Leste. Há, na maioria dos mesmos, Arquivos Econômicos Centrais (na Hungria, desde 1952,

(4) Ver, principalmente, a intervenção do Dr. Papritz, por ocasião do Congresso de Bremen, de 1953, no *Der Archivar*, 1953.

na República Democrática Alemã, na Polônia) com a incumbência de receber e guardar os arquivos dos ministérios e organismos nacionais encarregados das questões econômicas, das planificações, etc., e, bem assim, de abrigar os arquivos das diferentes empresas nacionalizadas ou de controlar os cuidados tomados com os mesmos nos próprios estabelecimentos. Tal nacionalização recobriu, a pouco e pouco, tôdas as atividades industriais, agrícolas, comerciais, com exclusão apenas das empresas artesanais e das explorações agrícolas muito diminutas. A legislação regulamentou, ali, a custódia e o recolhimento dos arquivos de empresas, e assimilou, de todo, êstes últimos aos públicos (Regulamento de 27 de abril de 1950, na República Democrática Alemã, Decreto-lei 29 de 1950 e Ordenação 945 de 1958 na Hungria, etc.). Ao que parece, porém, duas correntes se delineiam nas doutrinas relativas ao destino final de tais arquivos. Na Polônia, e sobretudo na Iugoslávia, ⁽⁵⁾ encorajam-se as empresas a transferir para os serviços públicos os seus arquivos, mesmo os anteriores à nacionalização. No caso em questão, tão-só as empresas de importância nacional recolhem seus papéis aos Arquivos nacionais, enquanto as outras executam operação idêntica junto aos repositórios regionais ou locais. Dada a obrigação do recolhimento e o fato de terem sido nacionalizadas tôdas as empresas em 1948, salvo as pequenas explorações agrícolas e artesanais, a massa enorme de papéis desta natureza invadiu os repositórios regionais e municipais, onde forma, por vêzes, de 30% a 50% do conjunto dos arquivos. A proporção, nos arquivos das várias repúblicas e nos Arquivos Federais da Iugoslávia, é, ao contrário, de 5% a 10%. A vantagem oferecida ao pesquisador será a de se lhe fornecer, concentrada num só ponto, tôda a documentação concernente à região delimitada.

Mas essa concentração súbita de consideráveis massas de arquivos, decorrentes das medidas legislativas e dos regulamentos acima citados, suscitou, nos países altamente industrializados, problemas de tal ordem que se tornou imprescindível renunciar à mesma. Na Hungria e, sobretudo, na República Democrática Alemã, cedo se incentivaram as empresas a conservar junto a si mesmas os próprios arquivos. Neste último caso, permanecem subordinadas, no entanto, no que concerne a pessoal, edifícios, eliminações e arranjos, à fiscalização e inspeção dos funcionários dos Arquivos Públicos, tanto no nível nacional, quanto no do distrito ou no do círculo. ⁽⁶⁾

Na França, enfim, tentou-se solução original. Os Arquivos Nacionais, onde funciona um serviço de arquivos econômicos, e os Arquivos depar-

(5) Exceto o centro de arquivos das cooperativas, da província autônoma de Voivodine, centro que se especializou em tudo o que diz respeito aos organismos cooperativos, parece que todos os acervos dos arquivos econômicos são transferidos para os repositórios públicos.

(6) Ver o número de janeiro de 1958 de *Der Archivar*, onde está impresso o relatório do Dr. Erich Neuss de Halle, *Betriebs-Archive, Betriebs-Archivalien, Betriebs-Archivare*, e o número de dezembro de 1958, da mesma revista, onde se acham publicados os relatórios e debates do Congresso de Constança dos Arquivistas alemães; ver especialmente a intervenção do Diretor dos Arquivos de Saxe-Anhalt, que sublinha as dificuldades das autoridades da República Democrática Alemã, para a organização dos arquivos de empresas.

tamentais, podem receber para depósito os arquivos de empresas. A fim de resguardar os direitos e as suscetibilidades das casas que consentem em separar-se de seus papéis — o que continua estritamente facultativo, por não existir regulamentação coercitiva na matéria — lavra-se, na maioria dos casos, contrato de depósito. Confirma êste a propriedade dos depositantes e a obrigação de serem os mesmos consultados, antes de qualquer consulta por parte de algum historiador. Contudo, aqui também, surgem os problemas da organização e é impossível aos repositórios públicos abrigar todos os arquivos de empresas. Há que contentar-se, não raro, com receber os arquivos particularmente ameaçados (casas em falência, arquivos de sociedades, com data anterior à sua nacionalização, companhias de estrada de ferro antes da criação do S.N.C.F., Sociedades de gás e de eletricidade, antes da criação do "Gaz de France" e da "Electricité de France", etc.) (7) Tanto para facilitar êsses recolhimentos voluntários, quanto para interessar mais diretamente os meios comerciais nestas questões, fundava-se, paralelamente à criação, em 1949, do Serviço de Arquivos econômicos nos Arquivos Nacionais, e por resolução de 14 de fevereiro de 1949, do Ministério da Educação Nacional, um Comité encarregado de estudar as providências necessárias a assegurar a salvaguarda e a custódia dos papéis das sociedades, estabelecimentos e organismos pertencentes aos diversos ramos da atividade econômica.

Êste Comité, cujo presidente é o Diretor dos Arquivos de França, compreende os maiores nomes da vida industrial, comercial e financeira da França. Seu papel, porém, é meramente consultivo, por não dispor de meios materiais. Reuniu-se somente duas vezes, em 1944 e em 1950.

A participação dos homens de negócios nos organismos privados, criados nos diversos países para encorajar a conservação dos arquivos e o estudo da história das empresas, viria a ser muito mais expressiva.

b) ORGANISMOS PRIVADOS E CIENTÍFICOS

Foi na Alemanha, como se sabe, que se fundou em 1906, na cidade de Colônia, o primeiro dêstes organismos, e que se desenvolveram, com maior rapidez, centros análogos. (8) Vê-se suceder, ao *Rheinisch-Westfälische Archiv*, o *Südwestdeutsche Wirtschafts-Archiv*, em Sarrebrück, o *Archiv für Wirtschaftsgeschichte*, em Leipzig, o *Archiv für schwäbische Wirtschaftsgeschichte* em Stuttgart e, de data mais recente, o *Westfälische Wirtschafts-Archiv*, fundado em 1940 em Dortmund.

Os centros de Colônia (9) e Dortmund é que viriam a alcançar a maior influência e êxito, sem dúvida porque criados numa das principais

(7) Ver principalmente a introdução ao *État sommaire des Archives d'entreprises conservées aux Archives nationales*, de B. Gille, 1957. Os Arquivos nacionais abrigam, atualmente, os acervos de uma centena de empresas, o que representa cerca de 50.000 artigos (registros ou dossiês).

(8) Ver sobretudo Fritz Redlich, *Anfänge und Entwicklung Firmengeschichte und Unternehmerbiographie*, primeiro suplemento (Beiheft) da revista *Tradition*, 1959, p. 58 e seguintes.

(9) Um importante Festschrift foi publicado por êste centro em 1957, por ocasião de seu cinquentenário.

regiões industriais do mundo e por já haver nessas áreas, da parte dos homens de negócios, sensível interesse por tais questões. As grandes empresas Krupp e Siemens, por exemplo, desde o início do século XX haviam organizado os seus arquivos de modo científico. Ora, os centros regionais de arquivos, subvencionados pelas Câmaras de Comércio, pelas municipalidades e pelos homens de negócios, vivem apenas porque recebem subsídios suficientes, e possuem irradiação e eficácia certas, somente porque encontram o assentimento e o interesse das numerosas empresas ou organismos da região.

Quando isso se dá, tal é, com toda a evidência, a solução a adotar, pois aqueles estabelecimentos, por sua estrutura e origem mesmas, terão a possibilidade de agir e de aconselhar eficientemente o maior número de empresas, no tocante à conservação dos respectivos arquivos nos seus locais próprios. ⁽¹⁰⁾ Só por exceção acolherão esses acervos, uma vez que as coleções do centro consistem, em essência, de fontes impressas (livros, periódicos, brochuras provenientes das empresas, recortes de imprensa). Deve-se à influência de tais centros e ao interesse despertado, na Renânia-Vestfália, pelos arquivos de empresas, a criação recente, em Düsseldorf, na *União das Câmaras de Comércio e de Indústria*, de um *Comité para a conservação dos arquivos de empresas*, composto de industriais, comerciantes, arquivistas, representantes dos ministérios do Land. ⁽¹¹⁾ Este Comité dispõe de um Conselho (Beratungstelle), dirigido por um arquivista, que informa as grandes empresas, esforça-se por fornecer-lhes arquivistas qualificados e, eventualmente, recebe em custódia os arquivos das empresas pequenas e médias.

Organismos semelhantes aos centros alemães fundaram-se na Suíça, na Holanda, nos Estados Unidos e, muito recentemente, na Dinamarca. Não obstante, convém observar que, nos países citados, se se mantém o princípio de colaboração entre homens de negócios, universitários e arquivistas, o papel das universidades ou dos professores desta torna-se preponderante (Arquivos econômicos de Haia, ⁽¹²⁾ dirigidos durante longo tempo pelo Professor Posthumus e atualmente pelo Professor Brugmans; papel da Universidade de Harvard, entre outras, nos Estados Unidos; da Universidade de Aarhus, na Dinamarca). Demais, ao contrário dos organismos alemães, estes centros conservam, a par da documentação impressa que permanece considerável, arquivos importantes. É o que se dá com os *Arquivos Econômicos Suíços*, fundados em 1910, e cujas riquezas mostram bem o seu duplo aspecto, de centro de documentação e de repositório de arquivos, pois que eles abrigam 350.000 volumes e brochuras,

(10) Tão certo é isso que o centro de arquivos econômicos da Universidade de Aarhus, o qual é uma fundação privada, tendo cogitado, por um momento, de transformar-se em seção dos Arquivos de Estado da Dinamarca, renunciou à idéia, porque tal fato lhe teria estorvado a ação e paralisado as relações com os chefes de empresa.

(11) Ver o relatório de Bernhard Vollmer, no Congresso de Bremen dos arquivistas alemães, *Wirtschafts- und Betriebs-Archiv, Der Archivar* 1953, p. 181-193 e, no mesmo número, p. 193-199, o relatório de P. H. Mertes, no mesmo congresso: *Das Archiv-Wesen der Wirtschaft*.

(12) Cumpre assinalar, ao lado deste organismo, o de Groningue, consagrado exclusivamente às empresas agrícolas.

20.000 anos de revistas, 175.000 relatórios de empresas (relatórios de conselhos de administração, de assembleias-gerais, balanços financeiros, etc.), 750.000 recortes de imprensa, 250 arquivos de empresas, 500.000 cartas de negócios, escalonadas de 1750 a 1850. Nos Estados Unidos, as associações e centros científicos que se ocupam dos arquivos econômicos e acolhem os arquivos de empresas são muito numerosos e dispõem, não raro, de recursos financeiros consideráveis. ⁽¹³⁾ Antes da Guerra, ⁽¹⁴⁾ envidaram-se esforços no sentido de assegurar o recolhimento dos arquivos de empresas às bibliotecas ou à sede das associações de historiadores. As associações históricas locais, notadamente, se interessaram pelas empresas situadas nas suas próprias regiões e reuniram arquivos e correspondência comercial. A crise de 1930 estimulou a tendência, graças não só ao crescente interesse despertado pelo estudo dos problemas econômicos, mas também, as falências, que facilitaram as transferências de papéis. Seguiram o exemplo as bibliotecas universitárias, que se interessaram igualmente, por força das circunstâncias, às indústrias e atividades econômicas de suas áreas (arquivos da indústria do ferro, na Universidade da Virgínia, da indústria da madeira, na Universidade de Michigan, arquivos das plantações, na Universidade de Luisiana, arquivos das estradas de ferro do Middle-West, na Biblioteca de Newbury, etc.). O papel essencial, neste setor, seria desempenhado pela *Baker Library*, fundada em 1927, como biblioteca da Escola de Altos Estudos comerciais de Harvard. Fêz elas as vezes, praticamente, de repositório para as coleções reunidas pela *Business Historical Society* de Boston e pôs-se logo à testa de todas as bibliotecas universitárias, quanto à importância dos acervos reunidos.

Notável, como foi, a atuação de tais centros e bibliotecas para os arquivos de empresas do século XIX que ameaçavam desaparecer, tornou-se, porém, rapidamente evidente, sobretudo durante e após a guerra de 1939-1945, que aqueles organismos não bastavam para assegurar a guarda e controlar a massa enorme de papéis fornecidos pelas grandes empresas americanas. A partir de então, como veremos no parágrafo seguinte, consistiu a função do arquivista, sobretudo, em aconselhar as empresas a que se ocupassem, do modo mais acurado e mais científico possível, do arranjo e conservação de seus documentos.

Na Inglaterra, desde 1934, este papel é desempenhado pelo *Business Archives Council*, que guia os investigadores, se esforça por facilitar-lhes a publicação dos trabalhos sobre a história das empresas e, por outro lado, intercede junto aos homens de negócios no sentido de que dispensem boa acolhida aos estudiosos e de que se esmerem em classificar convenientemente os papéis dos seus estabelecimentos.

(13) A Sociedade histórica americana, que fundou, em 1939, o "National Records Management Council", principalmente para estudar e coordenar as questões relativas aos arquivos econômicos, recebe para tal organismo uma doação de 35.000 dólares, da fundação Rockefeller.

(14) Ver especialmente *Some reflections on Business Archives in the United States*, de Oliver W. Holmes, em *the American Archivist*, 1953, p. 291-304, e o artigo mais antigo do mesmo autor, em *The American Archivist*, 1938, p. 171-185, *The Evaluation and Preservation of Business Archives*. A mesma revista publicou, para a Europa, o importante artigo de Sabbe, *The Safe-keeping of Business Records in Europe*, 1955, p. 31-45.

Organismo semelhante fundou-se na Austrália, o *Business Archives Council of Australia*, possuidor de várias sucursais nos diferentes Estados daquele continente. Mais recentemente, em 1956, a Nova Gales do Sul assistiu também à criação de um *Business Archives Council*, segundo o modelo britânico.

Note-se, sem embargo, que na Austrália, a exemplo do que ocorre nos Estados Unidos, as bibliotecas universitárias, a Biblioteca do Commonwealth, coligem, atualmente, importantes arquivos.

Na Finlândia, após o fracasso, em 1947, da Câmara do Comércio, no tocante a seus esforços em prol de um centro de arquivo de empresas, constituiu-se, sob os auspícios da Escola superior de economia e administração comercial de Helsingin, um *Conselho permanente e consultivo de arquivos*, simplesmente para dar conselhos e pareceres.

Os *Institutos de História Social*, os *Museus sociais*, além dos trabalhos de pesquisa e publicação, esmeraram-se, com freqüência, na conservação dos arquivos e dos manuscritos, para pô-los à disposição dos investigadores. Ilustra o fato o *Instituto Internacional de História Social*, de Amsterdão, fundado em 1935, o qual acolhe numerosos documentos sobre os movimentos operários e sociais, holandeses e estrangeiros. A dois arquivistas atribuiu-se, recentemente, a incumbência de ordenarem tais acervos.

O *Instituto G.G. Feltinelli*, em Milão, dispõe, da mesma forma, de importantes arquivos privados, relativos às questões sociais na Itália e em inúmeros países.

Os *Arquivos do Movimento Operário*, fundados em 1902, em Estocolmo, preservam, no repositório central e nos regionais, ou locais, os arquivos dos movimentos populares e operários.

De modo idêntico, à semelhança dos outros países nórdicos, possui a Finlândia arquivos sociais, de excelente organização, nos *Arquivos dos Trabalhadores*. Esta entidade serve, ao mesmo tempo, como instituto de pesquisa e repositório de arquivos do Movimento operário finlandês e dos sindicatos. Dotada de recursos financeiros significativos (4 milhões 1/2 de marcos finlandeses em 1958), dispõe de edifício com 3 km de estantes, das quais já se ocuparam 2 km 1/2.

Na Noruega, o Museu popular recolheu informações orais acerca da vida operária entre 1870 e 1910 e livrou assim do esquecimento recordações e dados que não figuravam nos documentos escritos.

É a um trabalho análogo que se dedicou o *Instituto francês de História Social*, de Paris, com as suas filiais de província. Fundado em 1948 por G. Bourguin e E. Dolléans, atualmente dirigido pelo Professor E. Labrousse, possui, como os organismos acima mencionados, além de preciosa documentação impressa e iconográfica (mormente no que concerne à imprensa e às brochuras de propaganda), arquivos manuscritos de grande interesse (correspondência dos teóricos socialistas e sindicalistas dos séculos XIX e XX, documentos sobre a Comuna, sobre os movimentos anarquistas, etc.). Ao Instituto cabe, outrossim, como veremos adiante, missão importante na reunião dos documentos sindicais.

c) ORGANIZAÇÃO SUBORDINADA A UMA ENTIDADE PRIVADA OU NACIONALIZADA

É atualmente o sistema que, em geral, parece preferido e recomendado, qualquer que seja o regime político ou econômico do país. Quer se trate da opinião dos arquivistas da República Democrática Alemã, ⁽¹⁵⁾ quer da dos arquivistas norte-americanos, reconhece-se hoje, ante a massa enorme a que montam os arquivos das empresas contemporâneas, que a sua centralização nos repositórios públicos ou privados se revela impossível. A única diferença entre os dois sistemas reside na existência, nos países do Leste, de regulamentação que força as empresas a cuidarem de seus arquivos, enquanto se confia tal custódia, mesmo para as empresas nacionalizadas, à boa vontade de cada um nos países ocidentais, afora, naturalmente, os prazos fiscais e comerciais, para a conservação dos documentos. Contudo, na Inglaterra, a *Repartição do Carvão* e a *Repartição da Energia Atômica* submeteram-se ao Public Record Act de 1958, mas não se prevê, por ora, recolhimento algum de seus documentos aos repositórios públicos. Dispõem de arquivistas qualificados. O da *Repartição da Energia Atômica* é, além disso, incumbido oficialmente das funções de historiógrafo do organismo. A *Comissão de Transportes Britânicos*, que não parece enquadrar-se no Public Record Act de 1958, conserva, no entanto, os seus documentos com cuidado.

Na França, um parecer do Conselho de Estado de 29 de novembro de 1949 dispõe que, com certas reservas expressamente formuladas, ⁽¹⁶⁾ às empresas nacionalizadas se aplica o decreto de 21 de julho de 1936, que regulamenta o recolhimento aos depósitos do Estado dos papéis das administrações públicas e dos ministérios. De fato, as principais empresas nacionalizadas possuem serviço próprio de arquivos, o Banco de França, os bancos de depósito como o "Crédit Lyonnais" ou a "Société Générale", "Gaz" ou Electricité de France", etc. As S.N.C.F. e "Charbonnages de France" se preocupam com o problema, sem que ainda lograssem a solução definitiva. Das empresas nacionalizadas, somente a Régie Renault recolhe seus papéis aos Arquivos Nacionais. Por ora, apenas os arquivos das companhias de estradas de ferro, das sociedades de gás ou de eletricidade, anteriores à fundação da S.N.C.F. ou à nacionalização, ameaçadas de destruição na organização nova, foram depositados nos Arquivos Nacionais. Nada impede que tais empresas nacionalizadas ve-

(15) Pelo menos em relação às grandes empresas ou às que possuem passado de grande nomeada, como a fábrica de Meissen, em Saxe, por exemplo (ver o citado artigo do Dr. E. Neuss, *Betriebs-Archiv, Archivalien, Betriebs-Archivar*). As empresas nacionalizadas pequenas e médias, já que mais bem aparelhadas, deveriam transferir os seus documentos dos arquivos do Estado, regionais ou locais.

(16) O parecer precisa que as disposições do decreto de 1936 só se aplicam às empresas nacionalizadas que adquiriram, por força de seu estatuto, o caráter de estabelecimento público nacional, ou às que lhes podem ser assimiladas, por ser o Estado o único proprietário delas. Excluem-se assim, expressamente, segundo o texto do Conselho de Estado, os estabelecimentos que constituem pessoa moral autônoma e não fazem parte integrante da administração. Para submeter estas últimas empresas ao decreto de 21 de julho de 1936, seria necessária, no parecer do Conselho de Estado, uma nova lei.

nham a recolher, ulteriormente, os seus próprios arquivos nos Arquivos nacionais ou nos dos departamentos.

Certas empresas privadas ou cartéis de empresas não raro dispensaram extremos cuidados no tocante à guarda de seus próprios arquivos. Na Suécia, os arquivos do grande cartel mineiro, o Stora Kopparbergs Bergslag, em Falun, possui o mais notável depósito, ao passo que o Merlo Archiv, que abriga os documentos de um dos principais cartéis industriais de transformação da madeira, submeteu-se à inspeção do arquivista-chefe dos Arquivos departamentais da região.

Diversas empresas de vulto, na Alemanha, na Itália, nos Estados Unidos, não só se esmeraram no que se relaciona aos próprios arquivos, mas souberam criar, em torno destes, núcleos de pesquisa, por vezes ativos, e estimular publicações científicas relativas à sua história.

O Banco de Nápoles edita um "Boletim" regular e a consulta do depósito histórico apresenta-se tão cuidadosamente organizada como a dos repositórios públicos.

Também na Alemanha, as grandes firmas Krupp e Siemens imprimiram, desde o início do século XX, organização científica aos próprios arquivos. Nem escapa tal fato à regra, se é verdade, como se notou, que as empresas que possuem os mais ricos arquivos, e os mais cuidados, são as que por maior tempo permaneceram na mesma família. Os arquivos mais maltratados seriam, ao contrário, os das empresas familiares cujos proprietários se substituíram com frequência, assegurada a situação intermediária pelas sociedades por ações.

Mas é sobretudo nos Estados Unidos que a organização científica, imposta aos arquivos pelas próprias firmas, encontraria o pleno desenvolvimento. A Sociedade Ford empregou meios materiais poderosos para o arranjo e a pesquisa nos seus arquivos particulares. Demais, encorajou, de modo geral, as investigações econômicas e sociais. Dá acolhida à própria *Associação de Arquivistas Americanos*. A Sociedade MacCormick, empresa originariamente familiar, especializada na fabricação de máquinas agrícolas, e cujos arquivos remontam a 1830, tem-nos cientificamente ordenados, e acessíveis aos pesquisadores desde 1919. Fundou e subvencionou, em Chicago, de 1912 em diante, a *MacCormick Historical Association*. Em 1937, a Companhia Firestone recorreu a um arquivista dos Arquivos Federais para classificar os seus documentos, o que seria o ponto de partida de frutuosa colaboração entre os arquivistas de Estado e os das empresas privadas.

Se a França desconhece ainda semelhante organização, certos agrupamentos⁽¹⁷⁾ e, especialmente, as Câmaras de Comércio, souberam tratar de seus arquivos com zelo particular e transformá-los em centros de atração para as pesquisas econômicas, como fizeram a Câmara de Comércio de Marselha, que vai ao extremo de adquirir arquivos para completar o próprio acervo ou, num terreno diferente, a Comissão da Marinha Mercante.

(17) No entanto, algumas raras companhias ou agrupamentos econômicos recorreram a arquivistas de formação universitária, ou a antigos arquivistas aposentados, para guardar os seus arquivos.

d) ORGANISMOS COMERCIAIS

Cumpre assinalar, por fim, numa ordem de idéias algo diversa, entre os organismos de arranjo e de custódia de arquivos, os estabelecimentos comerciais que, mediante pagamento, aconselham as firmas comerciais, traçam-lhes planos de seleção, de eliminação e de arranjo, asseguram a guarda e a consulta dos arquivos antigos em repositórios construídos longe das cidades, etc. O objetivo de tais organismos se distingue bem do que move a pesquisa científica, ainda que por vezes sejam eles dirigidos por arquivistas profissionais. Sua atividade, porém, permite a salvaguarda e o arranjo de documentos econômicos que, por outra forma, correriam o risco de total destruição. O êxito que coroou a primeira de tais empresas, o *Business Archives Center*,⁽¹⁸⁾ de Nova Iorque, acarretou a criação de três outras sociedades, a *Records Controls*, em Chicago, a *Remington Rand Corporation*, em Nova Iorque, e a *National Storage Company*, em Pittsburg.

Não consta que tal exemplo tenha sido imitado em outros países. Assinalemos, contudo, a existência sem dúvida efêmera, na França, de uma sociedade especializada na custódia, preliminar à total eliminação, dos papéis das empresas em falência. Fundada pelos principais síndicos de falência de Paris, não parece ter atuado por longo tempo, o que é para lastimar, não só em face do interesse suscitado pelos arquivos das sociedades em falência, mas também pela ameaça de destruição que pesa sobre os mesmos. Os síndicos, tolhidos pela guarda desses papéis estorvantes, quiseram, por vezes, confiá-los aos *Archives nationales*, que os aceitam quando apresentam valor real para a história econômica.

Com base nas observações precedentes é talvez possível confirmar, após dez anos de experiência, as palavras pronunciadas por Sir Hilary Jenkinson, no Congresso Internacional de Arquivistas de Paris, em 1950:⁽¹⁹⁾ "O guarda natural de um arquivo é a pessoa ou a instituição em cuja alçada tais arquivos se formaram, com a dupla condição, porém, de que uma ou outra lhes assegurem a conservação e o acesso ao pesquisador".

Quando essas duas condições não se aliam, o que, infelizmente, ocorre em relação a inúmeras grandes empresas e à quase totalidade das firmas médias e pequenas, o conservador apto a substituir o organismo em recesso há de ser o Estado ou uma entidade privada. Verifica-se que é melhor confiar a tarefa, quando o interesse dos agrupamentos econômicos, industriais e comerciais, basta para a consecução do objetivo, a centros privados, subvencionados por aqueles, e bem assim, pelas universidades e entidades públicas. Tais centros disporão de maior flexibilidade e facilidade de ação nos círculos de negócios do que o serviço governamental. Quando, ao contrário, fôr minguado o interesse dos homens de negócios pelas questões relativas aos arquivos e à história, ou quando a criação de várias empresas estatais colocar problemas adicionais, inter-

(18) Sobre o *Business Archives Center*, de Nova Iorque, ver o artigo de Isabelle Guérin, na *Gazette des Archives*, julho de 1954, p. 9 a 13.

(19) *Archivum*, 1951, p. 108.

virá, então, o Estado, e a solução encontrada na França mostra que é cabível, por tal meio, alcançar resultados satisfatórios.

Quanto aos problemas suscitados, nos países do sistema comunista, pela nova regulamentação, é muito cedo ainda, ao que parece, para que se extraíam ensinamentos de experiência tão breve. Afiguram-se grandes, todavia, as dificuldades implicadas no controle de massa de arquivos a tal ponto variada e considerável, e os problemas árdus, especialmente os relativos ao pessoal, não há tê-los por resolvidos em definitivo.

II. O Arquivista Encarregado dos Arquivos Econômicos e Sociais

a) Na quase totalidade das suas respostas, os serviços de arquivos julgaram que o arquivista, habilitado pelos métodos tradicionais, era suscetível de fácil adaptação às condições, algo especializadas, do arranjo e custódia dos arquivos de empresas. Vários diretores de arquivos salientaram mesmo o quanto lhes parecia inconcebível retirar-se da alçada dos arquivistas qualquer uma dentre as categorias de papéis, e mostraram como não viria à idéia de alguém confiar a um engenheiro da Administração das Pontes e Calçadas os arquivos deste serviço, nem a um magistrado, os arquivos judiciários. Na realidade ocorre, contudo, que certos órgãos conservam seus arquivos sem os recolher ao repositório central da nação, confiando a gestão dos mesmos a um funcionário da sua jurisdição. Este, de fato, é auxiliado, não raro, por arquivistas com a habitual formação profissional (como no caso do Ministério da Guerra da França). De qualquer forma, alguns raros serviços de arquivos (Land da Renânia-Vestfália) ⁽²⁰⁾ ou arquivistas (intervenção do Dr. Solleder, antigo diretor dos Arquivos de Estado de Nuremberg, no Congresso dos Arquivistas Alemães de Bremen) e bom número de professores que se ocupam das questões econômicas (F. Redlich, Domênico Demarco em Nápoles, etc.) preferem ver os arquivos econômicos confiados a engenheiros ou economistas que receberam instrução no campo da arquivística. Na verdade, a maior parte dos Institutos ou Centros de arquivos econômicos a que nos referimos é dirigida por economistas ou pelo pessoal de administração e é rara a presença de arquivistas nos mesmos.

As vantagens e os inconvenientes dos dois sistemas são evidentes. Por sua formação, o arquivista, melhor do que ninguém, saberá estimar o valor de um documento, ou de uma série de documentos, para os historiadores futuros, sem deixar-se influenciar pelo interesse imediato e prático dos papéis elaborados nas administrações ou empresas. Da mesma forma, será o arquivista, por certo, quem dará aos arquivos que lhe forem confiados os esquemas de arranjo mais capazes de permitirem, aos futuros pesquisadores, a realização dos seus trabalhos científicos e a

(20) Os Arquivos da Renânia-Vestfália julgam que os arquivistas tradicionais devem ordenar os papéis de natureza econômica, oriundos do Estado, e os engenheiros e economistas, os provenientes das empresas privadas. Mas a multiplicação dos organismos econômicos semipúblicos, semiprivados, torna algo ilusória tal distinção.

percepção rápida da importância da documentação disponível. A função do arquivista não consiste, com efeito, em explorar os documentos que lhe são entregues, trabalho do qual somente o técnico pode, por vezes, desincumbir-se, mas em facilitar-lhes o acesso aos investigadores.

O engenheiro, o economista, ao contrário, talvez revele, mais que o arquivista de formação tradicional, pendor pelos papéis sob a sua custódia e, em certos casos particulares, lhes apreciará melhor o valor, porque mais inteirado do encadeamento dos fatos, ou do mecanismo dos departamentos e organizações em que se originaram os documentos em questão. Não obstante, já se têm levantado objeções de ordem prática. A necessidade atual, urgente e imperiosa em todos os países, de engenheiros e economistas, a diferença muito sensível das situações materiais que lhes são oferecidas, em relação aos vencimentos dos arquivistas, tornam pouco plausível, salvo raras exceções, a gestão dos repositórios de arquivos por pessoas que não sejam arquivistas profissionais.

De qualquer forma, uma vez que, salvo talvez em certas nações latinas, os arquivistas hão de ter, cada vez mais, ensejo de se ocupar com os arquivos modernos e, entre estes, com os econômicos e sociais, parece recomendável que, na sua formação escolar e profissional, se abra margem crescente para as questões econômicas modernas. Aparentemente nos achamos, nesse terreno, ainda, longe do que poderíamos desejar e a concepção do papel do arquivista, como a formou o século XIX, pesa fortemente até hoje. É bem evidente que, em inúmeros países, não há proporção, no que toca ao ensino dado aos futuros arquivistas, entre o número de horas consagradas às ciências da Idade Média, por exemplo, e o atribuído a quanto diga respeito à administração e à economia modernas. O curso relativo às instituições públicas, na *École des Chartes*, não as estudou, até há pouco, além de 1800, só ultimamente sendo deslocado o limite para 1875. Na mesma escola se vem realizando, de três em três anos, de acordo com decisão recente, uma série de conferências facultativas sobre as fontes da história econômica da Idade Média. ⁽²¹⁾

Entretanto, nas conferências e manifestações organizadas pelos Arquivos Nacionais para a formação de arquivistas estagiários, uma dezena de palestras versa sobre assuntos econômicos, por vezes muito modernos, e há programadas várias visitas aos arquivos de bancos e de sociedades nacionalizadas (Renault, Banco de França).

O Instituto de Marburgo não previu formação especial e, nos próprios Estados Unidos, não se parece haver dado seguimento ao desejo de Oliver W. Holmes, no sentido de que os arquivistas de Estado viessem a especializar-se nos arquivos econômicos e comerciais e de que se exigissem deles, nesse caso, além de conhecimentos relativos à arquivística, diplomas de economia política. Na Polônia e na Iugoslávia, em compensação, foram organizados cursos complementares, pela Direção-Geral dos Arquivos, para os arquivistas que tencionassem consagrar-se aos arquivos econômicos. Ministram-nos, na Polônia, engenheiros e economistas. Do mesmo modo, na República Democrática Alemã, o Instituto de Arqui-

(21) Ao inaugurar o primeiro Congresso Internacional dos Arquivos, em 1950, M.P.O. Lapie, Ministro da Educação Nacional, dizia: "Os arquivos econômicos colocam duas séries de problemas diante de nós. Um, de mais difícil resolução, é evidentemente o de completar o admirável programa da nossa *École des Chartes*..."

vística providenciou cursos especiais nesta matéria e o Dr. Neuss julga mesmo que a diplomática da economia, "Die Aktenkunde der Wirtschaft", se transformou numa disciplina especializada. ⁽²²⁾

b) Os arquivos privados das empresas são de formação extremamente variável, de acordo com as mesmas e com os países em questão. Cumpre distinguir, ainda aqui, entre as nações do Leste e as do Oeste, e, no que toca a estas, separar os Estados Unidos e a Alemanha e, bem assim, a Suécia e os Países Baixos. Com efeito, enquanto, em tais Estados, os arquivistas das empresas privadas apresentam, frequentemente, boa formação profissional e científica, é deplorável que só raramente ocorra alhures outro tanto. Chegou-se mesmo a afirmar que, em algumas empresas, recairia sobre os empregados menos ativos do estabelecimento semelhante tarefa! ⁽²³⁾ Sem nos abalancharmos a confirmar tais observações, há que frisar, todavia, o fato de, em inúmeros países, estarem os arquivos, mesmo os de empresas muito importantes, sob a custódia de empregados subalternos. Alguns não possuem nenhuma formação profissional, não se lhes requer curso algum de habilitação, e sua ambição se cifra, nos melhores casos, em ordenar os papéis que lhes foram confiados, de forma tal que possam satisfazer os pedidos essenciais de informação oriundos das diversas seções. No entanto, delineia-se alguma melhoria sob o aspecto da "documentação" e, embora sejam as duas profissões assaz diferentes, o interesse despertado atualmente pelos "documentalistas" talvez favoreça, com o tempo, a situação profissional e técnica do arquivista de empresa. Este, de qualquer forma, permanece isolado e sem nenhum contato com os arquivistas de formação científica. ⁽²⁴⁾

Completamente distinta apresenta-se a situação na Alemanha Federal, nos Estados Unidos e, também, até certo ponto, na Holanda e Suécia. Existe, nos Países Baixos, uma Associação de Arquivistas das empresas privadas, a qual prepara o pessoal desta especialidade, em colaboração com o "Nederlands Instituut voor Documentatie en Registratur". Os cursos duram ano e meio (em parte por correspondência); o princípio de classificação adotado é o da classificação decimal. Esta Associação dos Arquivistas de empresas não está vinculada à Associação dos Arquivistas holandeses.

Na Suécia, a "Comissão de arquivos de empresas econômicas" forma, há alguns anos, arquivistas e pessoal executivo e promove estágios. A "Sociedade Sueca de arquivos", por seu lado, esforça-se por criar, mediante conferências e publicações, ativa colaboração entre as diversas categorias de arquivistas da Suécia.

Desenvolveu-se, na Alemanha, grande esforço para constituir um corpo de arquivistas de usinas e empresas (Werks-Archivare, Betriebs-

(22) Erich Neuss, *Der Archivar*, 1958, artigo citado, p. 11.

(23) Algumas observações de E. Neuss fazem crer que tal foi também o caso em certas empresas nacionalizadas situadas além da cortina de ferro. *Der Archivar*, janeiro de 1958, p. 16.

(24) Na Inglaterra, o *Business Archives Council*, a *British Record Association* e, bem assim, a *Sociedade dos Arquivistas*, têm o propósito de fundar um curso rápido para a formação de arquivistas de empresas, os quais já estejam em função.

-Archivare), que possuísem excelentes qualidades profissionais. Fundou-se em 1957, na cidade de Düsseldorf, a Associação dos Arquivistas de Usinas Alemãs (Vereinigung deutscher Werks-Archivare), que tomou rápido incremento. A excelente revista "Tradition" oferece-lhe a hospitalidade de suas colunas para as comunicações e os melhores trabalhos dos membros da entidade. Suscitou-a a "*Comissão para a conservação dos arquivos de empresas*" a que acima nos referimos. Propõe-se instaurar cursos onde se adestrem os futuros arquivistas de empresas e, enquanto aguarda a criação de tal ensino, orientar os seus membros para os já organizados pela "Arbeitsgemeinschaft für soziale Betriebsgestaltung", em Heidelberg. Julga o Presidente da Associação, aliás, que, no preparo futuro, há que acentuar-se antes a história da técnica e das empresas, que os problemas da arquivística. ⁽²⁵⁾

Ao contrário dos arquivistas de Estado, o das empresas vive isolado. De formação e origem extremamente variada, atua num meio em que os seus problemas e necessidades nem sempre são compreendidos. Donde a necessidade de associação e a aspiração de que esta e os seus membros estabeleçam múltiplos contatos com os arquivistas com preparo científico. É o que se verifica, precisamente, na República Federal, uma vez que vários arquivistas de empresas são, ao mesmo tempo, membros da Associação de Arquivistas Alemãs, tomando parte e usando da palavra nos congressos por ela promovidos, sobretudo no de Constança, em 1958.

Mas é nos Estados Unidos que os contatos e as relações entre as duas categorias de arquivistas são mais freqüentes e frutuosos. A razão disto consiste, talvez, no grande espaço reservado às questões econômicas nas preocupações intelectuais de todos. Possivelmente o fato de que a maioria dos arquivos federais ou dos estaduais seja de data recente também tenha desempenhado algum papel e facilitado o estabelecimento de tais conexões. Cada vez mais numerosos são os arquivistas de empresas que freqüentam os Arquivos federais à cata de conselho e apoio, os que lêem a revista "The American Archivist", os que pertencem à Sociedade de Arquivistas Americanos, e participam de seus congressos. Tais contatos revelam-se tanto mais úteis quanto se sabe que os arquivistas de empresas, fiéis ao pragmatismo anglo-saxão, elaboram em seguida, à luz da sua experiência e dos conselhos recebidos, os seus próprios sistemas e regras. Com efeito, não parece que, malgrado o interesse real despertado por tais questões, se projetassem cursos regulares especiais para o referido pessoal. Os que quiserem receber uma formação teórica vão simplesmente seguir os cursos de verão programados na American University, em Washington, pelo Professor Ernst Posner.

Envidou-se, ao contrário, grande esforço nos países comunistas para habilitação, pelo ensino, dos arquivistas de empresas.

Na Hungria, só se permite serem nomeados para as empresas os arquivistas que lograram êxito nos cursos estabelecidos pelos Arquivos Nacionais. Foi redigido em sua intenção, pelo Centro Nacional de Arquivos, um pequeno manual. Mas é no tocante à República Democrática

(25) Dr. Hedwig Behrens, *Voraussetzungen und Aufgaben der archivalischen Arbeit in der Wirtschaft*, *Der Archivar*, dezembro de 1958, p. 298.

Alemã que dispomos de mais fartas informações. O decreto de 27 de abril de 1950, que obrigou toda empresa nacionalizada a possuir arquivistas, suscitou graves problemas para as autoridades responsáveis. Se, com efeito, afigurava-se relativamente fácil achar uns tantos arquivistas qualificados para as maiores empresas, o problema era de solução muito árdua no que diz respeito às inúmeras empresas de importância média, cujo volume de arquivos requeria, não obstante, o emprego de pessoal habilitado. É muito para desejar-se que só os arquivistas munidos de diploma do Estado possam ser afetos a este trabalho. Não se atingiu este ideal, mas para lá se caminha. Não foram felizes as primeiras tentativas que visavam à formação simultânea dos arquivistas de usinas e dos arquivistas científicos, no Instituto de Arquivística de Potsdam. Os arquivistas que, a partir de 1952, ali seguiam um curso de três meses, de volta às suas usinas ou aos seus organismos econômicos, sofreram remoção para outros serviços, quer pela carência de pessoal em setores de atividade de maior monta, quer porque tentassem obter postos de melhor remuneração em outra profissão. Assim, desde 1955, prefere-se ministrar tal ensino na escola profissional, também instalada em Potsdam, a qual prepara arquivistas do "nível médio" (mittlere Dienst) para o serviço do Estado. ⁽²⁶⁾ Esta escola "Fachschule für Archiv-Wesen" estabeleceu ciclos de ensino, seja diretos, em Potsdam, (dois anos de duração), seja por correspondência (três anos). Todos os alunos (em 1958, 16 em Potsdam e 120 por correspondência) freqüentam os cursos gerais de arquivos ou de história. Os que se destinam aos arquivos de empresas recebem, a mais, instrução atinente à história econômica, à administração da economia, aos arquivos das empresas capitalistas, aos das empresas nacionalizadas, etc. ⁽²⁷⁾ Publicaram-se vários manuais, quer elementares, quer exaustivos. O intitulado "Aktenkunde der Wirtschaft" compreende dois volumes: o primeiro, aparecido em 1954, é consagrado à economia capitalista, o segundo, vindo a lume em 1956, à economia nacionalizada na República Democrática Alemã.

c) Fora das questões relativas aos arquivistas de usinas é interessante a experiência alemã porque denota, pela fundação dessa "Fachschule", a preocupação de formar, igualmente com cuidado, o pessoal executivo dos arquivos modernos de Estado. Sem dúvida — como afirmava Sir Hilary Jenkinson em 1951, no Congresso de Paris — há apenas uma diferença exterior, e que reclama tão-somente distinto tratamento físico externo, entre o documento antigo e o contemporâneo. Sem embargo, não há negar que a tarefa do arquivista a quem cabe classificar um acervo de autos da Idade Média é ampla, senão essencialmente distinta da do arquivista que tem à sua frente um milhão de dossiês provenientes do Serviço de Segurança Social, por exemplo. Necessita absolutamente este último, ao contrário do primeiro, de pessoal de execução. A qualidade do arranjo, e da seleção dos papéis modernos será, com freqüência, função da qualidade profissional do referido fator humano. Ao que parece, houve pequena preocupação com tal dificuldade.

(26) O Instituto de Potsdam prepara arquivistas de Estado "do nível mais elevado" (höhere Dienst).

(27) Encontraremos no citado artigo do Dr. Neuss, *Der Archivar*, janeiro de 1958, p. 18, o plano completo dos estudos.

Sòmente a Polônia assinala dois cursos, com a duração de dois a seis dias, organizados pelos Arquivos gerais em benefício dos empregados e, na Alemanha, em Limburgo, um arquivista de Estado (antigo arquivista de Minas) dá cursos privados do mesmo gênero.

Criou-se na França, depois da guerra, categoria especial de funcionários desse tipo, para servir nos arquivos — subarquivistas e prepostos (Commis) os quais se recrutam (após certas disposições transitórias) por concurso, isto, porém, sem que, para tais provas, cursos de preparação sejam previstos (provavelmente será sempre impossível programá-los, dado o número exíguo e a dispersão geográfica dos candidatos). Há pouco, por fim, o decreto de 11 de janeiro de 1960 previu a criação de arquivistas-documentaristas, a quem serão principalmente confiados, sob a autoridade dos Diretores dos Serviços de Arquivos, os arquivos modernos dos grandes repositórios e a quem se dará o ensejo mesmo, em certos departamentos de criação recente, de assumirem a responsabilidade pelo conjunto do serviço. Não é inverossímil que, algum dia, as empresas nacionalizadas, por exemplo, venham a recrutar entre esses arquivistas-documentaristas o pessoal necessário à guarda de seus arquivos. Parece muito cedo, de qualquer forma, para tirar conclusões no que toca a instituição tão nova. ⁽²⁸⁾

III. Os Arquivos Econômicos e Sociais

a) OS ARQUIVOS PÚBLICOS

Os arquivos que, oriundos de administrações públicas ou de organizações paraestatais cada vez mais numerosas, tratam de questões sociais, financeiras ou econômicas, constituem massas consideráveis de documentos. Tornam-se necessárias, pois, eliminações freqüentes e maciças para permitirem — dado o pessoal e a superfície dos repositórios de que dispõem atualmente os arquivos públicos — o arranjo e a confecção de repertórios referentes aos documentos conservados com acesso aos pesquisadores. No caso, o microfilme revelou-se ineficaz. Cálculos muito precisos, com efeito, permitem concluir que, para igual quantidade de documentos, a construção de estantes orça em apenas 2/3 do preço a ser pago pelas operações de microfilmagem. ⁽²⁹⁾

Felizmente os papéis que promanam das mencionadas administrações, embora sob forma compacta, oferecem a vantagem de serem

(28) O decreto dispõe que os candidatos ao futuro concurso (ainda não fixado) deverão possuir um diploma de licença e o diploma de documentarista (diploma ainda por criar).

(29) O Diretor dos Serviços de Arquivo do departamento do Seine-et-Oise calculou que um metro de estantes do depósito de arquivos custaria, em média, 50 francos. Os documentos colocados neste espaço não poderiam ser microfilmados por preço inferior a 80 francos. Trata-se aqui, naturalmente, do microfilme de substituição, que supõe a destruição do documento primitivo. O microfilme de segurança ou de complemento é, por vezes, empregado com êxito, nas séries de documentos econômicos e sociais, que ameaçam tornar-se muito fragmentários após alguns anos e que desejamos conservar intatos. Eis por que os Arquivos departamentais microfilmaram, na França, as listas nominais do recenseamento de 1946, estabelecidas num único exemplar e conservadas (ou às vezes perdidas) nas comunas.

homogêneos e de se prestarem, assim, à prática da amostragem, quer matemática ou estatística, quer seletiva, ou como já se disse, “arquivológica”.⁽³⁰⁾ As amostragens matemáticas apresentam o mérito da simplicidade e da economia, porque facilmente praticáveis mediante pessoal subalterno, de quem se requer trabalho quase mecânico. Tal processo, contudo, possui graves inconvenientes. Abandona ao acaso uma parte muito ampla. Para respeitar o livre jôgo do elemento aleatório, há que eliminar os documentos com base apenas nas percentagens matemáticas, sem levar em conta, suficientemente, a variedade que a vida introduz na evolução dos acontecimentos. Caso se decida reter, na massa de documentos, em teoria totalmente homogêneos (mas esta situação ideal é difícil de achar-se), um dossiê em cada dez, ou cem, ou mil, urge seja a escolha inteiramente arbitrária, para que as informações conservadas apresentem algum valor representativo.

Anàlogamente, se se fixam os dias, semanas, meses e anos que, na série cronológica, serão retidos, o rigor de tal opção não permitiria levar em conta as variações sobrevindas com irregularidade no curso dos eventos.

Se, por fim, a escolha se efetua a partir de questionários ou dos resultados de inquéritos já estabelecidos, depois da amostragem e seleção das informações recolhidas, já se achando rigorosamente medido o seu grau de probabilidade, diminui-se em tais proporções o valor dos documentos finalmente conservados nos arquivos, e o grau de exatidão das informações obtidas, que a operação se torna quase inútil.

Compreende-se que se haja propendido cada vez mais para abandonar tal método, malgrado a vantagem de sua simplicidade e o seu custo relativamente inferior. Os Estados Unidos começaram, por exemplo, a tratar dessa maneira os dossiês de declarações de impostos sobre a renda. Em seguida, ante a imensidade da massa de dossiês e a incerteza dos resultados obtidos, destruiu-se o conjunto dos papéis.⁽³¹⁾ Na França, ao contrário, conservaram-se os mesmos, mas executou-se em relação a eles uma amostragem seletiva. Em cada departamento, dividido o seu turno por diversos contrôles financeiros, escolheu o arquivista, de acôrdo com o serviço das contribuições diretas, um ou dois contrôles, nos quais todos os dossiês são conservados. Determinou depois, para os demais contrôles, certas ruas das cidades, certas aldeias, categorias profissionais, personalidades representativas, em relação às quais se conservavam os dossiês de maneira contínua. Verifica-se, através do inquérito levado a efeito junto aos diferentes serviços de arquivos departamentais da França, que a experiência logrou grande êxito ali onde os contatos entre arqui-

(30) O melhor e mais completo estudo sobre tal questão é o de Paul Lewinson, chefe da Divisão industrial nos Arquivos Nacionais dos Estados Unidos, *Archival Sampling*, em *The American Archivist*, tomo XX, outubro de 1957, p. 291-312.

(31) Na Renânia-Vestfália, foi igualmente eliminada esta documentação, por conterem as publicações impressas, ao que se julga, o essencial das informações. Na Finlândia, conservam-se os dossiês de impostos sobre a renda relativos a um ano, em cada grupo de dez. Dêstes, só se retêm *in totum* os relativos às grandes rendas; para as médias, guardam-se apenas 10 a 20% dos documentos; para as pequenas, 5%.

vistas e os serviços de contribuições diretas são bons, ao passo que falhou nos departamentos onde não há tal colaboração. A amostragem seletiva, que devia ser a única utilizada, apresenta, com efeito, o inconveniente de só poder ser levada a termo, em vista dos conhecimentos técnicos e das necessidades consideráveis de pessoal qualificado que ela implica, se os arquivistas receberem ajuda importante do serviço donde provêm os documentos.

Tal colaboração revela-se particularmente imprescindível quando se trata, o que ocorre com freqüência, de arquivos entregues por um serviço em via de dissolução. Cumpre, então, agir rápido para utilizar as autoridades e, eventualmente, o próprio pessoal do organismo em questão. Demais, a massa dos documentos reunidos e as dificuldades quanto ao espaço impõem a rápida seleção dos papéis *in loco*, se se quiser recolher aos repositórios dos arquivos apenas os papéis destinados à custódia permanente. Assim é que, na França, a dissolução dos serviços que tratavam dos danos produzidos pela guerra (1939-1945), porá, dentro de prazos muito curtos, à disposição dos Arquivos Nacionais e departamentais, cêrca de seis milhões de dossiês. Metade dêstes, relativos aos estragos sofridos pelo mobiliário, será triturada antes de ser recolhida aos depósitos, e bem assim 1.500.000 dossiês referentes aos danos parciais sofridos pelos imóveis. É inútil assinalar a soma de informações econômicas e sociais que figuram em semelhantes documentos. Mas como praticar a amostragem seletiva numa tal massa e que fragilidade apresentariam os dados recolhidos após amostragem matemática? A seletiva será, ao contrário, praticada nos dossiês relativos aos danos completos experimentados pelos imóveis. Timbrar-se-á em que sejam retidas as diferentes regiões agrícolas; os vários tipos de indústria, o que diz respeito aos serviços públicos, etc.

Afora êsse caso concreto, encontrar-se-á, para os Estados Unidos, no artigo citado de Lewinson, o estudo de 68 casos de amostragem seletiva nas mais heterogêneas categorias de documentos sociais e econômicos. Mostra-se bem, através dêle, o cuidado com que o arquivista deve conduzir, com as administrações interessadas e os especialistas, as operações preliminares. Evidencia-se, outrossim, que se tais trabalhos foram sèriamente orientados, alcançar-se-ão, no terreno em aprêço, resultados tão seguros e precisos, quanto os obtidos pelos Institutos Gallup nas sondagens da opinião pública.

Na Inglaterra, ⁽³²⁾ a conclusões análogas chegaram os trabalhos do "Gregg Committee", que recomendou o exame de cada categoria de papéis por comissão encarregada de decidir a proporção de dossiês a serem conservados. Ora, compreende ela, que é presidida por representante do Public Record Office, funcionários da repartição de estatísticas, do serviço interessado e, bem assim, professores e especialistas das

(32) Naturalmente, estudamos aqui a amostragem apenas. Para a seleção, em geral, dos documentos de arquivos, ver o relatório de J. M. Collingridge, no III Congresso Internacional dos Arquivos de 1950, *Archivum*, vol. VI, p. 25-35. Notemos, a êsse respeito, o desejo formulado por inúmeros arquivistas no sentido de que se façam comunicações e estudos sôbre cada tipo de documento procedente dos escritórios contemporâneos, a fim de facilitar as seleções e arranjos de tais documentos.

questões tratadas pelos documentos estudados. O princípio mais frequentemente adotado, no tocante à amostragem, é uma espécie de compromisso entre o método estatístico e o seletivo. Para determinada espécie de documentos, conservam-se integralmente os que se relacionam a algumas regiões ou categorias sociais meticulosamente escolhidas. Para os demais, executa-se a amostragem estatística, reservando-se, ao mesmo tempo, os documentos concernentes a um ano importante, de crise principalmente, ou aos primeiros tempos (e, eventualmente, aos últimos) do organismo que emitiu tais papéis.

Em qualquer hipótese, dado o custo enorme, sobretudo em pessoal, exigido pelas operações, afigura-se indispensável avaliar-lhes o rendimento, antes de empreendê-las, e apartar toda operação de que não cabe razoavelmente esperar, segundo as estimativas atuais, um serviço à História. Há nisto, por vêzes, grave responsabilidade. Só merecem louvores as autoridades australianas ao fazerem com que os próprios investigadores participem de tal decisão. Consultam-se, antes de qualquer destruição, ou seleção, dos conjuntos de documentos dessa ordem, os pesquisadores ou grupos de especialistas no estudo das questões de que tratam os papéis. Caso não forneçam um projeto concreto de pesquisas com base nos documentos, são estes destruídos. Corre-se o risco, evidentemente, de suprimir papéis em relação aos quais talvez só no futuro apareçam projetos de estudos. Dado o enorme volume dos arquivos contemporâneos, muito especialmente no terreno econômico e social, a fórmula parece feliz, apesar de tudo.

b) OS ARQUIVOS SINDICAIS

De todos os arquivos sociais ou econômicos, certamente são estes, quer se trate dos sindicatos de trabalhadores, quer dos patronais, os acervos sobre os quais há menos informações, ao menos acessíveis também, os que mais raramente se transferem para os arquivos públicos.

Na maioria dos países, com efeito, os sindicatos se recusaram a entregar seus arquivos. Na Inglaterra, contudo, as Trade Unions, que devem prestar contas, como toda sociedade de assistência mútua, de sua atividade e receitas aos serviços de Registro (Registry of Friendly Societies), mantêm ali alguns de seus documentos conservados (papéis posteriores a 1914) outros no Public Record Office (papéis anteriores àquela data).

A *American Federation of Labor* (A.F.L.), nos Estados Unidos, ⁽³³⁾ conserva em Washington arquivos importantes referentes às suas atividades (correspondência, atas de reuniões, etc.) e bem assim os papéis de Samuel Gompers. Para assegurar-lhes maior segurança fá-los até mesmo microfilmar. Os arquivos são acessíveis aos investigadores. O C.I.O. (Congress of Industrial Organization) não acusa ainda a posse de arquivos mortos, mas conserva os dossiês atuais com cuidado. Conhece-se mal o que ocorre nos Estados, mas é provável que várias associações operárias conservem os papéis privados dos chefes sindicalistas. As biblio-

(33) Ver P. Lewinson, presidente da Comissão dos Arquivos Sindicais na Sociedade dos Arquivistas Americanos, *The Archives of Labor*, em *The American Archivist*, XVII, janeiro de 1954, p. 19-24.

tecas universitárias (principalmente a da Universidade Católica em Washington), as bibliotecas municipais (Nova Iorque) abrigam também arquivos semelhantes.

Não se revelou muito feliz a experiência feita antes da Guerra, na França, por G. Bourgin e E. Dolléans, e os arquivos reunidos da Confederação-Geral do Trabalho foram capturados pelas autoridades alemãs, em 1940. Recuperou-se apenas uma parte dêles. De algum tempo para cá, o *Institut Français d'Histoire Sociale*, cuja sede social e depósitos se acham, aliás, nos Arquivos Nacionais, envidou grandes esforços para salvaguardar os arquivos sindicais e centralizar as informações relativas a tais documentos. O caráter privado e universitário dêste organismo torna-o um ponto de encontro cômodo, para onde os sindicatos patronais, os sindicatos operários, as cooperativas de consumo, as cooperativas de produção, de bom grado enviam delegados. Realizou-se a primeira reunião no ano passado, quando se fizeram promessas de inventários e de recolhimentos de arquivos ao Instituto. A segunda, no corrente ano, concretizará sem dúvida, pelo menos parcialmente, as resoluções do ano passado.

O *Instituto de História Social* de Amsterdão efetuou trabalho análogo e conserva arquivos sindicais nas suas coleções, documentos êsses acessíveis ao público.

Na Noruega, os *Arquivos do movimento trabalhista* têm o encargo de conservar os arquivos dos sindicatos, ao mesmo tempo que os do partido. Viu-se, igualmente, a importância dos *Arquivos dos Trabalhadores* na Finlândia, os quais conservam nos seus repositórios os arquivos sindicais anteriores a 1920, que ali são facilmente consultáveis. São os próprios sindicatos finlandeses que conservam, no momento, os papéis posteriores a 1920.

Nos países comunistas, onde os sindicatos tornam-se organismos quase oficiais, a situação é, naturalmente, de todo diferente. Na Polônia os arquivos foram recolhidos aos repositórios públicos, onde, como os demais documentos, se acham franqueados à consulta. Na Iugoslávia, os organismos sindicais transferem os seus papéis aos arquivos especializados na centralização e conservação dos materiais sobre a história do movimento operário (tais arquivos existem no escalão federal e no das diferentes repúblicas).

c) OS ARQUIVOS DAS EMPRESAS

Arquivistas e historiadores queixaram-se, não raro, da má vontade, revelada pelos chefes de empresa, em deixar consultar os arquivos de suas casas. É bem verdade que se podem multiplicar os exemplos de tal hostilidade e que, por indiferença pelos trabalhos científicos, por obsessão pelo segredo dos negócios, por temor a investigações indiscretas das autoridades fiscais, os proprietários ou diretores responsáveis das sociedades por ações são avessos a consentirem no exame de seus documentos, ainda quando se trate de professores e estudantes perfeitamente qualificados. As empresas que constituem propriedade de uma pessoa ou família são mais secretas, em geral, que as sociedades anônimas. Mas em todos os países delineia-se uma evolução para estado de espírito mais favorável.

Cumpre, antes de tudo, como justamente o fazem notar os Arquivos de Hesse, julgar com grande discrição as reservas dos chefes de empresa quando se consideram os prazos, impostos pelo Estado, para a consulta de seus próprios arquivos. Àqueles, muito variáveis, se situam, na maioria das vezes, por volta de 50 anos. Ora, bem raras são as casas que recusam toda a pesquisa em papéis anteriores a 1914, ⁽³⁴⁾ por exemplo. A influência das sociedades históricas que conseguiram interessar os homens de negócios pela história das empresas, tem sempre crescido. É o que ocorre, notadamente, nos Estados Unidos. A "Business History Foundation", de Nova Iorque, por exemplo, propõe às empresas escrever-lhes história (fazendo, aliás, depositar, de antemão, o dinheiro necessário à publicação), exige que o autor seja inteiramente livre na sua redação, com a ressalva, no entanto, de que os fatos recentes ou pessoais, ou os que possam prejudicar a empresa, não serão revelados. ⁽³⁵⁾ Tem-se aí um ponto assaz delicado e relacionado com o segundo fator que favorece a evolução dos espíritos para uma consulta mais liberal dos arquivos de empresa. É ele a publicidade. Conhece-se a importância considerável assumida nas grandes firmas modernas pelas "public relations". Visitam-se cada vez mais as usinas ⁽³⁶⁾ e, como é natural, distribuem-se, aos visitantes, segundo a sua projeção, folhas desdobráveis, folhetos ou volumes, por vezes muito luxuosos, onde uma parte cada vez maior é ocupada pela história. Timbra-se em possuir arquivos modernos e cientificamente mantidos para apresentar aos visitantes e nêles exibir os documentos mais significativos da empresa. Como já assinalamos, triunfa em alguns países a moda de possuir um arquivista de usina particular. Mas percebe-se, com facilidade, o perigo. É grande a distância entre tais publicações (mesmo quando redigidas com o necessário esmero) e os trabalhos científicos ou as teses de universidade consagradas aos assuntos em questão. Os chefes de empresas abrem mais espontaneamente os seus arquivos aos pesquisadores, mas pensam, com toda a naturalidade, que os trabalhos daí resultantes hão de cantar os louvores da sua casa. Podemos observar vários exemplos, na França, dêsse estado de espírito, e verificar a recusa oposta pelos estudiosos à consulta de arquivos, ainda que liberalmente franqueados pelos chefes de empresa, visto exigirem êstes últimos, preliminar à publicação, a leitura do texto do trabalho e ressaltarem o direito de introduzir-lhe modificações. Da mesma forma, certas empresas, que tinham aberto as portas aos historiadores, por vezes as cerraram de novo, porque descontentes ante a redação dos trabalhos, de grande rigor científico aliás, efetuados com êstes documentos. Mas também aqui, se excluídos os anos estritamente contemporâneos, resolver-se-ão os conflitos. Cada vez mais procedem das universidades os

(34) Nos países comunistas, ao que parece, as normas da consulta dos papéis de empresas são as mesmas que as dos papéis de Estado. Na França, os estabelecimentos nacionalizados que transferiram os seus documentos para os Arquivos Nacionais (Renault, por exemplo) guardam o controle de sua consulta.

(35) Ver R.W. Lovett, *Property Rights and Business Records, The American Archivist*, 1958, p. 259-269.

(36) Segundo as comunicações à imprensa, o Presidente do Patronato francês, G. Villiers, teria declarado que, na França, se realizaram 200 visitas às usinas em 1950, e 10.000, em 1959.

homens de negócios, os quais fizeram estudos de economia política, publicaram por vêzes os seus próprios trabalhos e compreendem destarte melhor as preocupações dos historiadores. Vários colegas franceses, chefes dos serviços de arquivos dos departamentos, nos comunicaram o caso (em Lille, principalmente) de industriais, que trabalharam nos arquivos e participaram, em seguida, com os professôres de universidades, da criação de grupos de estudos relativos à história das emprêsas.

O. W. Holmes, no artigo acima citado, consignou as interpenetrações existentes, nos Estados Unidos, entre os arquivos de emprêsas e os arquivos públicos, numerosos homens de negócios tornando-se chefes das grandes administrações do Estado, para as quais levam os seus hábitos. Assim, os repositórios intermediários, há pouco desenvolvidos nos Arquivos de Estado americanos e onde se abrigam os papéis que não são mais de utilidade imediata, mas reclamam severa seleção, antes do arranjo no respectivo depósito permanente a título de arquivos mortos, foram, a princípio, montados pelas emprêsas particulares. O Estado inspirou-se, depois, em tal exemplo.

No tocante às regras de arranjo e descarte dos documentos, a doutrina permanece ainda indecisa. A variedade de constituição dos acervos, segundo as emprêsas, tornará muito difícil a elaboração de regras gerais. Existe, para a Alemanha Federal, um trabalho de Fritz Hellwig sôbre os prazos de conservação nos arquivos econômicos, e os manuais elaborados na República Democrática Alemã, acima citados, dedicam grande espaço a esta questão. Na França, B. Gille, na longa introdução ao "*État sommaire des archives d'entreprises conservées aux Archives Nationales*", estudou as diversas categorias de documentos encontrados, indicou-lhes o valor para os historiadores e estimulou, embora sumariamente, os prazos de conservação recomendáveis. Notemos, a título exclusivo de informação, as estatísticas estabelecidas para os centros comerciais de custódia e arranjo dos arquivos de emprêsas, nos Estados Unidos. Calculam êles, quando se lhes confia tal tarefa, que mais ou menos 50% dos arquivos podem ser destruídos, 25% conservados nos escritórios e 25%, enviados para os depósitos longínquos. Julgam, enfim, tais centros que 10% dos papéis produzidos pelas emprêsas merecem ser conservados para os futuros historiadores. ⁽³⁷⁾

d) OS ARQUIVOS IMPRESSOS DAS EMPRÊSAS

É inútil sublinhar a importância dêstes documentos impressos para a história econômica e social dos séculos XIX e XX. As brochuras impressas (catálogos, relatórios apresentados às assembléias-gerais, estatutos, orçamentos financeiros, prospectos, etc.) perfazem documentação de primeira ordem para tal período. ⁽³⁸⁾ Infelizmente, porém, são por vêzes de difícil acesso e, porque pouco se cuidou, por longo tempo, de sua conservação, apresentam-se muito incompletas as coleções.

(37) Ver o artigo de Isabelle Guérin, na *Gazette des Archives*, acima citado, p. 11.

(38) Não se trata aqui, como é óbvio, de revistas ou estudos diversos, que têm o seu lugar, muito naturalmente, nas bibliotecas.

Já se mudou, com freqüência, de parecer e ainda há hesitação quanto à escolha do organismo a que cumpre encarregar-se de sua guarda. Em inúmeros países aquelas brochuras são agrupadas nas bibliotecas (públicas, das Câmaras de Comércio, etc.) e raros são os repositórios de arquivos que as reclamam.

Na Iugoslávia, ordenam-se os arquivos impressos, transferidos simultaneamente com os arquivos das empresas, por séries particulares. Na República Democrática Alemã, na República Federal Alemã, na Austrália, etc., as brochuras vão ter às bibliotecas. Na Inglaterra, uma série das mesmas destina-se ao British Museum e à Biblioteca do Copyright. Mas os relatórios e balanços anuais das sociedades por ações são igualmente depositados no Registro e transferidos, em seguida, ao Public Record Office, onde surge a questão de saber se não caberia destruí-los. Parece que o ideal, muito pelo contrário, estaria em poder guardar várias coleções. Com efeito, em consequência de sua multiplicidade, é impossível conservar séries inteiras de tais documentos e várias coleções se completam, não raro, de maneira feliz.⁽³⁹⁾ Por outro lado, certas sociedades, para a própria documentação e trabalho quotidiano, organizam conjuntos com as brochuras dessa natureza. Tais coleções podem constituir o núcleo de um acervo de grande importância. Assim, nos Arquivos Nacionais de Paris, o serviço dos arquivos de empresas possui, sobre estas, um total de cerca de 500.000 brochuras impressas, importante fração do qual provém da *Association française des porteurs de valeurs mobilières*. Completam e atualizam este acervo, na medida do possível, as transferências diretas das sociedades ou as doações da Biblioteca Nacional, que recolhe aos Arquivos Nacionais as duplicatas das brochuras recebidas a título de contribuição legal.

e) A MECANOGRRAFIA E AS MÁQUINAS ELETRÔNICAS

O desenvolvimento de tais técnicas suscitará, para os arquivistas, em tempo muito mais próximo do que geralmente se crê, sérios problemas. Serão estes tanto mais graves quanto é certo que a progressão na utilização das máquinas eletrônicas obedece, por vezes, a ritmo acelerado. O espírito quase não concebe o desenvolvimento que elas tomarão dentro de alguns anos. Ora, percebe-se que no momento os arquivistas acham-se bastante perplexos e desarmados diante de semelhantes questões e que solução alguma pode ser sugerida até o momento. A maioria das respostas frisam a importância da pergunta proposta, sem apresentar remédios.⁽⁴⁰⁾ Pois bem, parece evidente que os criadores ou os utilizadores das referidas máquinas não se preocupam de forma alguma com os problemas dos arquivistas e é de temer-se que precioso tempo se venha a perder e que

(39) Consignemos, por exemplo, que o *Banco de Nápoles* não mais possui a coleção completa de suas brochuras impressas, e que é mister reconstituí-la, atualmente, mediante o microfilme.

(40) Agradecemos muito sinceramente ao Sr. André Brunet, professor do Conservatório das Artes e Ofícios de Paris (onde dirige, notadamente, ciclos de estudos sobre a utilização das máquinas mecanográficas e eletrônicas nas empresas), o ter consentido de bom grado em nos fornecer preciosas indicações.

fontes consideráveis de documentação se tornem inutilizáveis, antes de se atinar com soluções satisfatórias.

Há que distinguir, neste terreno, entre o emprêgo das máquinas mecanográficas e o das eletrônicas. A utilização das primeiras é amplamente disseminada até nas empresas médias, uma vez que os aparelhos usados se revelam, na verdade, pouco custosos. As empresas mais modestas, que não comportam tais despesas, utilizam, entretanto, os serviços de centros especializados, que alugam por hora a instalação e o pessoal aptos a efetuar todos os trabalhos e pesquisas desejados. Sabe-se como proceder no emprêgo das máquinas mecanográficas. As informações que figuram sobre os documentos comuns são registradas, isto graças ao código particular e mediante perfurações efetuadas nos cartões especiais, ou cartões Hollerith. ⁽⁴¹⁾ Todas as informações constantes nos documentos primários não se encontram, em geral, nos cartões. É isso de suma relevância, pois tal fato incita as empresas a conservarem, não obstante a sua documentação nos cartões, os papéis originais. A vantagem única — considerável no entanto — do futuro emprêgo dos cartões perfurados reside na rapidez com que, graças às máquinas seletoras, se alcançarão as informações desejadas, bastando para tal que se codifiquem estas com cuidado. Cada empresa possui, naturalmente, o seu próprio código, conservado em segredo e modificado de quando em quando. Dada a importância das informações que se podem obter, se se conhece tal chave secreta, há que pensar que nenhum chefe de empresa jamais consentirá em entregar a um depósito de arquivos o jôgo de cartões de sua empresa *com o código*. Ainda que o problema fôsse resolvido, restaria criar centros nacionais ou internacionais em que as máquinas e o pessoal especializados viessem a ser postos à disposição dos historiadores. Não é insolúvel a questão, dado o número bem limitado de tipos de máquinas (duas ou três) e o seu preço de custo relativamente módico (uma dezena de milhões de francos). ⁽⁴²⁾ A criação de tais centros seria tanto mais útil, quanto é notório que, inversamente, os historiadores se esforçam por condensar nas fichas mecanográficas as informações contidas em certas categorias de documentos dos arquivos (registros paroquiais ou do estado civil, minutas notariais, etc.) ⁽⁴³⁾

Já se vêm colocando problemas de todo diferentes, muito graves e complexos, e outros ainda se colocarão dentro em breve, pelo emprêgo das máquinas eletrônicas. Estas registram dados, com prodigiosa velocidade, em fitas magnéticas análogas às fitas dos magnetofones. ⁽⁴⁴⁾ Ora, tais informações lhes são fornecidas, atualmente, por fichas mecanográficas, mas, em prazo muito curto, estes dados primários lhes serão

(41) Estes cartões são bastante frágeis e deverão ser conservados com o maior cuidado nos depósitos de arquivos, sob pena de não mais poderem ser usados nas máquinas classificadoras.

(42) Ou, na locação, cerca de 200.000 francos por mês, sendo iguais as despesas correspondentes no que toca ao pessoal.

(43) Ver principalmente nos *Annales*, outubro-dezembro de 1959, o artigo de Adelina Daumard e François Furet, *Méthodes de l'Histoire sociale: les Archives notariales et la mécanographie*.

(44) Aqui só cabe resumir grosseiramente questões complexas e muito técnicas. Consultar-se-ão com vantagem os cursos publicados pelo Conservatório de Artes e Ofícios de Paris.

comunicados diretamente, a partir de documentos datilografados em máquinas de escrever, que utilizam fitas com tinta magnética ou, simplesmente, redigidos a mão, mediante lápis provido de minas de grafita. As máquinas não só registram muito celeremente a documentação (15.000 caracteres por segundo), mas selecionam em seguida, com grande velocidade, essas informações e as restituem, ao serem interrogadas, à razão de 15.000 a 60.000 caracteres por segundo. Vêm-se logo os novos problemas suscitados por técnicas desse tipo. As informações armazenadas o são em tal abundância que o original corre o risco de ser rapidamente destruído. ⁽⁴⁵⁾ Resistirão, por outro lado, as fitas magnéticas e os documentos redigidos por meio das tintas magnéticas ao uso ou, mesmo, simplesmente, à ação do tempo? Enfim, a utilização destes processos e destas máquinas exige o emprêgo de mão-de-obra por tal forma especializada e de material de tal preço (da ordem de 600 a 800 milhões), ⁽⁴⁶⁾ que nenhum organismo destinado aos arquivos ou à história jamais poderá almejar à posse de um ou mesmo, a contratar-lhe os serviços. Ora, se são, no momento, os escritórios de contabilidade das grandes empresas ou dos bancos os setores que empregam tais processos (a utilização da tinta magnética ou do lápis com mina de grafita para a redação dos cheques promete, sobretudo, desenvolver-se muito rapidamente), outros há, no campo econômico, que lhes sentirão os efeitos num ritmo de amplidão e rapidez inimagináveis. As companhias de seguro, por exemplo, já registram todos os dados contidos nos contratos de seus clientes por tais métodos magnéticos.

Só cabe, pois, apor alguns pontos de interrogação depois da enunciação sumária destes problemas e sublinhar-lhes a urgência e gravidade para os arquivistas e os historiadores da vida social ou econômica: problemas sem termo de comparação com os colocados pela aparição da máquina de escrever ou do microfilme, por exemplo. É à aparição da imprensa que nos devemos reportar, ao que parece, se procurarmos precedente de igual importância na história das técnicas.

IV. Os Resultados

O número de inventários de arquivos dedicados às questões econômicas, excluídos os repertórios sumários dos arquivos dos ministérios, não parece ainda ser muito alto, a julgar pelas informações recebidas. Na França, o Tomo 1 do "*État sommaire des archives des entreprises conservées aux Archives nationales*", por B. Gille, foi publicado em 1957 e diz respeito a 64 acervos. O manuscrito do Tomo 3 acha-se quase ultimado e compreenderá cerca de quarenta. O Tomo 2 consagrar-se-á unicamente às brochuras impressas oriundas das empresas. Acha-se em fase de redação. Os Arquivos Departamentais de Marne vão publicar, sem demora, um repertório dos documentos econômicos de 1939 a 1945

(45) Para dar uma idéia do número de dados que podem ser condensados na fita magnética, notemos somente que um rôlo dela, que não ocupa mais espaço que um disco de fonógrafo, contém 15.000.000 de caracteres.

(46) Locação possível à razão de alugueres da ordem de um a dois milhões de francos por mês.

que nêles constam. Nos Estados Unidos, editam os Arquivos Nacionais guias metódicos por assunto, vários dos quais concernentes a documentos sociais e econômicos. Na Itália, o *Banco de Nápoles*, além do *Boletim de Pesquisas*, por êle preparado, promove, atualmente, a redação de um inventário de seus arquivos. O inventário manuscrito dos arquivos econômicos também vem sendo elaborado na Austrália. Quanto à Espanha, é mister referirmo-nos ao artigo de Antonio Matilla Pascon, *A documentação econômica nos arquivos espanhóis*.⁽⁴⁷⁾ Na Finlândia há, nos depósitos de arquivos, um inventário geral, em fichas, relativo a tôdas as emprêsas que recolheram seus papéis num repositório público. O *Landeshauptarchiv*, de Dresde, na República Popular Alemã, publica os "*Inventários da História da Técnica e da Produção Industrial*" e, bem assim, uma série de volumes consagrados às fontes de arquivos para a história dos movimentos operários em Saxe, de 1810 a 1933. Na Polônia, acha-se em confecção uma série de inventários dos arquivos de emprêsas.

As revistas que tratam especialmente da história das emprêsas e de seus arquivos são cada vez mais numerosas.⁽⁴⁸⁾ Citemos na Alemanha, *Tradition*, trimestral desde 1956, bimestral (a partir de 1960); na França, a *Histoire des entreprises*, que aparece duas vêzes por ano desde 1958, como a *Business History*, desde 1956, na Inglaterra. O *Business Archive Council*, da Austrália (desde 1951) e o *Centro de Arquivos de Aarhus*, na Dinamarca (desde 1949) publicam um pequeno boletim. Nos Estados Unidos procedem as publicações, sobretudo de Harvard; a *Business History Review* sucedeu, ali, ao *Bulletin of the Business History Society*. Além disso, o Centro de Pesquisa da história das emprêsas da Universidade faz aparecer *Explorations in Entrepreneurial History*.⁽⁴⁹⁾

Não deixemos êsse capítulo das publicações atinentes à história das emprêsas sem mencionar as cifras, dadas por F. Redlich, sôbre a quantidade de estudos consagrados a tal assunto nos diferentes países. Na Alemanha, contam-se, até hoje, mais de 5.000 trabalhos, enquanto assinalam-se mais de 1.000 nos Estados Unidos, 350 na Inglaterra, uma centena na França.⁽⁵⁰⁾ É interessante destacar estas indicações numéricas, porque exprimem a ordem de grandeza da importância assumida pelas pesquisas nos diferentes países. Seria imprudente, contudo, tirar daí conclusões por demais precisas na ausência de informações quanto ao modo por que se estabeleceram tais estatísticas. É permissível comparar uma tese de universidade, da importância das que dedicaram na França, por exemplo, Paul León ao *Nascimento da grande indústria no Dauphiné*, ou Bouvier, ao *Crédit Lyonnais*, com as brochuras "de circuns-

(47) Aparecido na *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Madri*, 1957, nº 2.

(48) Ver, no citado artigo de Fritz Redlich, seu estudo sôbre os periódicos consagrados a tais questões, p. 53-57.

(49) Sabe-se que, desde 1952, *Archivum* publica na sua *Bibliografia Analítica Internacional*, quer sob a rubrica "Generalidades", quer sob as rubricas de diferentes países, a lista de estudos relativos aos arquivos econômicos. Observar-se-á facilmente o número crescente de trabalhos dedicados a tais questões.

(50) Quanto aos trabalhos relativos aos homens de negócios, Redlich dá as cifras seguintes: Estados Unidos 450, Alemanha 200, França 102.

tância” redigidas para o cinquentenário ou centenário da fundação de um estabelecimento?

O que, em todo o caso, se evidencia é que a proporção de pesquisadores interessados pelas questões econômicas tende a crescer nos inúmeros depósitos de arquivos, o que é estimulante para o arquivista incumbido da tarefa, com frequência tida por ingrata, do arranjo dos documentos de tal natureza. Aqui ainda, trata-se tão-só duma certa ordem de grandeza, mas é de notar-se que muitas respostas ao questionário precisam que a qualidade científica dos pesquisadores interessados pelas questões econômicas supera, em geral, à dos outros investigadores, sendo o número de “amadores” muito restrito nessa especialidade, por culpa da sua aridez. Os estudantes e os professores nela predominam esmagadamente. No entanto, aqui e ali, assinala-se a participação crescente, em tais pesquisas, de homens de negócios ou de futuros homens de negócios, banqueiros e corretores especialmente, o que pode ter, como vimos, repercussões felizes sobre a classificação dos arquivos de empresas. Por fim, dos Estados Unidos informam que, nos Arquivos Nacionais de Washington, são os funcionários encarregados das múltiplas investigações oficiais que formam, e de longe, a maioria dos leitores das salas de consultas no tocante a pesquisas sobre os arquivos econômicos.

Só mencionamos aqui, naturalmente, os países que houveram por bem fornecer-nos dados e estatísticas precisas. A percentagem é a dos pesquisadores que preparam trabalhos de história econômica e social. Refere-se geralmente aos últimos três ou quatro anos: França (Arquivos Nacionais), 33%; França (Arquivos departamentais), a proporção é muito variável — vai de 10 a 50%, conforme a ausência ou a presença de universidade na cidade considerada; Renânia — Vestfália, 25%; Rodésia e Niassalândia, 19%; Polônia, 35%; Iugoslávia, 30%; Dinamarca, 50%; e Finlândia, 25%.